

CONSTITUINTE

Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos
Sindicato Nacional dos Aeronautas
Sindicato dos Aeroviários de Recife
Sindicato Nacional dos Aeroviários
Sindicato dos Aeroviários no Estado de São Paulo
Associação dos Controladores de Tráfego Aéreo Cíveis do Brasil

MODELO DO TELEGRAMA:

SOLICITO ILUSTRE CONSTITUINTE APOIO PROJETO "PÁSSARO CIVIL": DESVINCULAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL DO MINISTÉRIO MILITAR.

ATENCIOSAMENTE,

PÁSSARO CIVIL

ENVIE TELEGRAMA
SENADOR: SEVERO GOMES

Endereço:
CONGRESSO NACIONAL
70.160 - BRASÍLIA, DF

SOLUÇÃO PARA AVIAÇÃO CIVIL BRASILEIRA

Liberdade para o DAC

Rogério Coelho Neto

O Sindicato Nacional dos Aeronautas, que está em vigília permanente no interior do Congresso para tentar levar a Comissão da Ordem Econômica da Assembléia Constituinte a emancipar o Departamento de Aviação Civil (DAC) do Ministério da Aeronáutica, não precisaria se esforçar tanto para ganhar uma causa legítima, se o país estivesse, realmente, dentro de um sistema de democracia plena. A pretensão dos aeronautas, embora justa, não foi assimilada pelos oficiais-generais encarregados de dirigir a FAB desde o advento da Nova República. Aqui ocorre exatamente uma situação parecida com a da Argentina de antes de Alfonsín. Eleito pelo povo, o atual presidente argentino não pensou duas vezes para entregar o DAC de lá a quem de direito, isto é aos civis.



A nível de comissões constitucionais, a sorte dos aeronautas está depositada nas mãos do ex-ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, hoje senador pelo PMDB de São Paulo. O senador já fez espalhar, no entanto, que a causa é difícil, porque o lobby da FAB, comandado pelo próprio ministro Moreira Lima, é irresistível. Ora, de Severo Gomes, um político e empresário brigador, que saltou do ministério do Governo Geisel, em fevereiro de 1977, para não comprometer suas idéias contrárias à política econômica de Mário Henrique Simonsen, esperava-se muito mais à frente de uma importante Comissão da Constituinte. A Comissão da Ordem Econômica merecia um Severo parecido com o da campanha eleitoral de 1982, que levou para os palanques do PMDB um discurso de linhas nitidamente civilistas.

O lobby não pode e não deve ser considerado irresistível a priori. É preciso que aquele, encarregado de julgá-lo, pese os prós e os contras. No caso do Departamento de Aviação Civil, o princípio democrático pesa em favor dos aeronautas. Eles não querem absurdos. Lutam, apenas, com o apoio desmedido do deputado Noel de Carvalho, do PDT fluminense, para separar, nos aeroportos brasileiros, país a fora, o que é administração civil e o que é administração

militar. É falsa, assim, a alegação de que o movimento tem o intuito de forçar o governo a ampliar a atual estrutura do DAC. A alegação de que em caso de guerra a dualidade de comandos em um mesmo aeroporto criaria problemas à segurança interna do país não deve ser levada em conta. Em tal circunstância bastaria ao presidente da República invocar a excepcionalidade e pedir ao Congresso para colocar o DAC, eventualmente — pelo prazo de duração do suposto conflito bélico —, sob intervenção da FAB.

A batalha que se trava, em torno de normas de administração do DAC, nos corredores do Congresso, é impressionante. De um lado, o presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, José Caetano Laborato, tentando convencer senadores e deputados de todos os partidos de que a sua reivindicação por um Departamento de Aviação Civil, que seja realmente propriedade dos civis, é oportuna até no presente momento de transição política. Do outro lado, o próprio ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, se empenha para manter o DAC vinculado à Força Aérea, cumprindo uma impressionante agenda de contatos diários com parlamentares.

É difícil imaginar como os parlamentares reagem às pressões militares, no desenvolvimento do debate em questão. Aos mais novos, sobretudo, elas causam forte efeito, numa primeira hora. É preciso, por isso mesmo, na hora de votar, que a Comissão da Ordem Econômica tenha em mira que a emenda do deputado fluminense Noel de Carvalho, aprovada pela Subcomissão de Questão Urbana e Transporte, deseje apenas, na tocante a tráfego aéreo, abrir espaços mais democráticos para o país, de acordo com os anseios dos tempos de agora. Se a emenda em questão for votada depois de uma análise atenta dos integrantes da comissão que tem o senador Severo Gomes como seu relator saltará aos olhos de todo o mundo uma triste realidade: o Brasil não tem uma política integrada de transportes porque o DAC está em lugar errado.

Uma derrota da emenda na Comissão da Ordem Econômica não deve, no entanto, desmotivar os que lutam pela emancipação do DAC. Ainda haverá, após as decisões que serão tomadas neste próximo final de semana, o recurso à soberania do plenário da Constituinte, que poderá, então, se render a uma evidência: a de que, além do Brasil, somente Etiópia, Angola, Ruanda e Arábia Saudita têm seus compartimentos de aeronáutica civil subordinados a administrações militares.

A 1987

Rio de Janeiro — Segunda-feira, 8 de junho de 1987

Ano XXVII — Nº 61

Preço: CZ\$ 15,00

JORNAL DO BRASIL